

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE

AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE nº _____

IMPETRANTE:

Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado, devidamente representada por seu procurador infra-assinado, com endereço para intimações e notificações na _____, vem, com fundamento no artigo 102, inciso I, alínea 'a' da Constituição Federal, e na Lei nº 9.868/1999, propor a presente

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE

em face de

ATO NORMATIVO:

descrição completa do ato normativo questionado, com indicação do órgão que o editou, publicação, vigência e demais dados relevantes.

I – DOS FATOS

1. Breve relato dos fatos que deram origem à presente ação, com exposição clara e objetiva dos fundamentos fáticos que demonstram a inconstitucionalidade do ato normativo.

II – DO DIREITO

2. Fundamentos jurídicos que demonstram a inconstitucionalidade do ato normativo, com indicação dos dispositivos constitucionais violados, doutrina e jurisprudência pertinente.

3. Fundamentação sobre a legitimidade ativa do impetrante para propor a ação, conforme artigo 103 da Constituição Federal.

III – DA INCONSTITUCIONALIDADE

4. Demonstração detalhada dos vícios formais, materiais e/ou procedimentais que tornam o ato normativo inconstitucional, com análise comparativa à Constituição Federal.

IV – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer-se:

- a) O recebimento e processamento da presente ação direta de inconstitucionalidade;
- b) A concessão da medida liminar, para suspender os efeitos do ato normativo questionado, até o julgamento final;
- c) A intimação do Ministério Público para que intervenha no feito, nos termos do artigo 103, §3º, da Constituição Federal;
- d) A notificação dos órgãos responsáveis pela edição do ato normativo para que apresentem informações e manifestações;
- e) Ao final, a declaração da inconstitucionalidade do ato normativo impugnado, com efeitos vinculantes e eficácia contra todos, nos termos do artigo 102, §2º, da Constituição Federal;
- f) A condenação do recorrido ao pagamento das custas processuais e demais cominações legais;

Protesta-se por provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos.

Termos em que,
Pede deferimento.

Local para assinatura: _____

Nome do Advogado

OAB/UF nº _____

Nome do Procurador (se houver)

Cargo/Função

Fonte original deste documento:

<https://documentos-br.com/acao-direta-de-inconstitucionalidade/>

Este modelo foi útil para você?

Confira outros modelos atualizados em:

<https://documentos-br.com>

Mais modelos

Este modelo é destinado exclusivamente para uso pessoal e não comercial.

Ao compartilhar ou publicar, a citação da fonte é obrigatória.

Este modelo tem caráter meramente orientativo e não constitui aconselhamento jurídico.

Recomenda-se consultar um profissional qualificado para casos específicos.